CAMARA MUNICIPAL DE CAMARAGIBE

ANEXO 15 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Dezembro(31/12/2017) 1 of 2

ISOLADO:1 - CAMARA MUNICIPAL DE CAMARAGIBE

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS								
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS					
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior			
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PA GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS GANHOS COM DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS TOTAL DAS VARIAÇÕES AUMENTATIVAS	0,00 0,00 8.786.688,34 8.786.688,34 188.246,00 188.246,00 0,00 8.974.934,34	176.186,50 176.186,50 7.797.124,33 7.797.124,33 1.527,83 0,00 1.527,83 7.974.838,66	PESSOAL E ENCARGOS REMUNERAÇÃO A PESSOAL ENCARGOS PATRONAIS OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCA USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO USO DE MATERIAL DE CONSUMO SERVIÇOS DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	6.843.404,57 5.678.207,88 1.165.196,69 0,00 1.594.547,30 127.129,91 1.432.690,40 34.726,99	5.800.262,96 4.823.400,47 975.848,69 1.013,80 1.870.635,63 188.777,31 1.681.858,32			
TOTAL	8.974.934,34	7.974.838,66	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS JUROS E ENCARGOS DE MORA TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS TOTAL DAS VARIAÇÕES DIMINUTIVAS RESULTADO PATRIMONIAL (SUPERÁVIT)	26.742,40 26.742,40 0,00 0,00 152.718,70 152.718,70 8.617.412,97	0,00 0,00 120.240,00 120.240,00 0,00 0,00 7.791.138,59			
			TOTAL	8.974.934,34	7.974.838,66			



Exercício de 2017

CAMARA MUNICIPAL DE CAMARAGIBE

ANEXO 15 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Exercício de 2017 Dezembro (31/12/2017) 2 of 2

ISOLADO:1 - CAMARA MUNICIPAL DE CAMARAGIBE

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS (DECORRENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA)						
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior				
INCORPORAÇÃO DE ATIVO	190.917,18	216.119,81				
INVESTIMENTOS	190.917,18	216.119,81				





CÂMARA MUNICIPAL DE CAMARAGIBE



Documento Assinado Digitalmen Acesse em: https://etce.tce.pe.gov

CASA VICENTE LACERDA DE MENEZES PERNAMBUCO

NOTAS EXPLICATIVAS

(ANEXO 15 – DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DA LEI Nº 4.320/64 MCASP)

INFORMAÇÕES GERAIS:

	<u>.</u> d
Nome da entidade:	.bt/epp/validaDo¢.seam Código
Câmara Municipal de Camaragibe	idaDoc.
CNPJ:	seam C
08.260.630/0001-07	
Natureza jurídica da entidade:	do documento:
106-6 - Órgão Público do Poder Legislativo Municipal	lento:
Principais atividades da entidade:	a385c6d0-611
84.11-6-00 - Administração pública em geral	
Domicílio da entidade:	-4fec-84e5-
Rua Sr. Domingos Sávio Dias, 258, Centro, CEP: 54.768-010 – Camaragibe/PE	
Natureza das operações e principais atividades da entidade:	cf25f077f

A Câmara Municipal de Camaragibe possui a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil com o código 106-6 "Órgão Público do Poder Legislativo Municipal", sendo sua atividade principal classificada como: "Administração pública em geral". A execução orçamentária foi realizada baseada na Lei Municipal nº 686, de 21 de dezembro de 2016 (Lei Orçamentária Anual – LOA 2017). Sua fonte financeira deriva dos repasses definidos Art. 29-A da Constituição Federal 1988. O texto ao artigo em questão trata dos percentuais legais a serem repassados e outros informações: "Art. 29-A. O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 50 do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizados no exercício anterior: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000).

I - 6% (sete por cento) para Municípios com população entre 100.000 (cem mil) e 300.000 (trezentos mil) habitantes; (Redação dada pela Emenda Constituição Constitucional nº 58, de 2009) (Produção de efeito).".

Dados do Gestor:

Nome: José Roberto Barbosa Medeiros. Cargo: Presidente. Período de gestão: 01/01/2017 a 31/12/2018.

Dados do Contador responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis, inclusive as notas explicativas:

Nome: Cyntia Mayara Gomes dos Santos CRC-PE nº 026241/O-9. E-mail: cyntia mayara@hotmail.com

Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:

A entidade pública do Poder Legislativo Municipal declara que as Demonstrações Contábeis da Câmara Municipal de Camaragibe, compreendendo o período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2017, apresentam adequadamente a posição: patrimonial e financeira e estão em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, dentro dos padrões estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP, sendo observadas as limitações decorrentes do processo de adesão as NBCASP e as circunstâncias narradas nas notas explicativas.

BOSA MEDEIROS, CYNTIA MAYARA GOMES DOS SANTOS

RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:



Atendimento a legislação e as normas de contabilidade aplicáveis:

Este demonstrativo contábil foi elaborado em conformidade com o modelo definido pela Lei Federal nº 4.320/64, Portaga Conjunta STN/SOF nº 02, de 22 de dezembro de 2016 e Portaria STN nº 840, de 21 de dezembro de 2016, que estabelecego Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) - 7ª edição, que regulamenta a contabilidade pública brasileira Os procedimentos de registro, mensuração e evidenciação obedecem no todo ou em parte no que couber as Normas Brasileirs de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a NBC TE internacionais publicados pelo International Federation of Accountants - IFAC através das Internacional Public Section Accounting Standards – IPSAS, que visam promover a convergência com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

Accounting Standards – IPSAS, que visam promover a convergencia com as Normas internacionais de Comadinatoria policidadas ao Setor Público.

Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (Parte V do MCASP 7º edição e NBC T 16.6) ajustado ao ICC do TCE-PE:

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco - TCE-PE, apresentando as Variações Patrimoniais Aumentativas - VPAS: Impostos, Taxage e Contribuições de Melhoria; Contribuições; Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos; Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras, Transferências e Delegações Recebidas, Valores e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos; Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - VPDS demonstrativo evidencia: Pessoal e Encargos; Benefícios Previdenciários e Assistenciais; Uso de Bens, Serviços e Consumide de Capital Fixo; Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras; Transferências e Delegações Concedidas; Desvalorização apresenta o resultado econômico do exercício, além de apresentar em coluna separada os valores do exercício anterior apresenta o resultado econômico do exercício, além de apresentar em coluna separada os valores do exercício anterior apresenta o cresultado econômico do exercício, além de apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

Bases de mensuração de valores. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

Bases de mensuração dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais, emitido pela Secretaria do Tesouro Nacional – STA Portaria nº 548 de 24 de setembro de 2015, ficou estabelecida a obrigatoriedade dos registros contábeis para reconhecimento de contas.

Novas normas e políticas contábeis alteradas:

Não houve mudanças nas políticas contábeis utilizadas que impliquem em alterações significativas nos Demonstrativos de Variações Patrimoniais.

Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto aos Demonstrativos de Variações Patrimoniais.

INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES **CONTÁBEIS:**

Modelo de elaboração da Demonstrativo das Variações Patrimoniais - DVP:

O modelo utilizado para elaboração do demonstrativo seguiu a metodologia da IPC - Instruções de Procedimentos Contábeis

Redução ao valor recuperável do ativo imobilizado:

Não houve registro de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado. É relevante informar que em consonância com o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais, emitido pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, Portaria nº 548 de 24 de setembro de 2015, ficou estabelecida a obrigatoriedade dos registros contábeis para reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bem do patrimônio cultural e de infraestrutura), a partir de 01/01/2020 no caso dos municípios com mais de 50 mil habitantes.

Baixas de investimentos:

Não houve registro de baixas de investimentos.

Variações Patrimoniais Qualitativas decorrentes de Incorporação de Ativos, Desincorporação de Passivos, Incorporação de Passivos e Desincorporação de Ativos:	
Houve incorporação de ativos imobilizados na ordem de R\$ 22.278,54, referente aquisição de bens móveis. Não houve desincorporação de passivos, incorporação de passivos e desincorporação de ativos.	Acess
Variações patrimoniais aumentativas:	em: http
As variações patrimoniais aumentativas do exercício de 2017 totalizaram R\$ 8.974.934,34.	sinado s://et
Variações patrimoniais diminutivas:	Digitaln ce.tce.pe.
As variações patrimoniais diminutivas do exercício de 2017 totalizaram R\$ 8.617.412,97.	nente gov.b
Resultado econômico (patrimonial) do exercício:	por: IOS vr/epp/val
O resultado patrimonial do exercício de 2017 foi de R\$ 357.521,37 (superávit).	E RC lidaD
Origem e Destino dos Recursos Provenientes da Alienação de Ativos (Art. 50, inciso VI da LRF):	DEERTO
Não houve alienação de bens durante o exercício de 2017.	BAR Zódig
OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:	Documento Assinado Digitalmente, por: JOSE ROBERTO BARBOSA MEDEIROS, CYNTIA MAYARA GOMES DOS Acesse em: https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDpc.seam Código do documento: a385c6d0-611f-4fec-84d5-cf25f077ffa7
Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:	EIROS, C nto: a385
Não houve registro e execução de passivos contingentes dos previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.	c6d0-
Divulgações não financeiras:	IA MAY 611f-4fec
Não foi necessário adotar política de gestão de risco financeiro pela entidade.	ARA
Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:	GOMES D 5-cf25f077fi
Não há eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futura das operações da entidade.	OS S¢ fa7
A justes decorrentes de amissão e erros de registros:	NIC

JOSÉ ROBERTO BARBOSA MEDEIROS **Presidente**

Não houve ajustes decorrentes da omissão e erros de registros.

CYNTIA MAYARA
GOMES DOS
SANTOS
Contadora
CRC/PE N°
026241/O-9